

Banco Randon S.A.

**Demonstrações contábeis
consolidadas do conglomerado
prudencial em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstração dos resultados	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3303-6000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Aos Acionistas e aos Conselheiros do
Banco Randon S.A.
Caxias do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Randon S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Randon S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 as referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do Banco foram elaboradas para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil.

Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco elaborou demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 11 de março de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa no 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da resolução nº 4.280, CMN, e regulamentações completares do BACEN, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBCT A 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras ou atividades de negócio do Banco para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Banco e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 29 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2018	2017
Circulante		<u>414.226</u>	<u>366.801</u>	Circulante		<u>218.280</u>	<u>162.690</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	<u>37.141</u>	<u>27.991</u>	Depósitos	12	<u>52.532</u>	<u>12.468</u>
Títulos e valores mobiliários	5	<u>42.394</u>	<u>43.246</u>	Depósitos a prazo		52.532	12.468
Títulos de renda fixa		36.126	17.092	Obrigações por empréstimo	13	<u>57.172</u>	<u>55.081</u>
Cotas de fundos de investimento		6.268	26.154	Obrigações por empréstimos e repasses		57.172	55.081
Operações de crédito		<u>257.706</u>	<u>230.994</u>	Outras obrigações		<u>108.576</u>	<u>95.141</u>
Setor privado	6a	263.426	236.770	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		252	160
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6b	(5.720)	(5.776)	Sociais e estatutárias		3.584	4.234
Outros créditos		<u>60.778</u>	<u>64.189</u>	Fiscais e previdenciárias	14	5.366	8.236
Rendas a receber		-	864	Outras obrigações - diversas	15	34.296	15.320
Recursos pendentes de recebimento	7	56.223	58.109	Recursos pendentes de recebimento		56.223	58.109
Outros créditos - diversos	8	4.555	5.216	Recursos não procurados		8.855	9.082
Outros valores e bens		<u>16.207</u>	<u>381</u>	Exigível a longo prazo		<u>240.054</u>	<u>187.953</u>
Bens não de uso próprio	10	15.713	55	Depósitos	12	<u>36.681</u>	<u>50.987</u>
Despesas antecipadas		494	326	Depósitos a prazo		36.681	50.987
Realizável a longo prazo		<u>164.559</u>	<u>119.625</u>	Obrigações por empréstimo	13	<u>101.996</u>	<u>41.801</u>
Operações de crédito		<u>109.097</u>	<u>62.175</u>	Obrigações por empréstimos e repasses		101.996	41.801
Setor privado	6a	112.869	65.682	Outras obrigações		<u>101.377</u>	<u>95.165</u>
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6b	(3.772)	(3.507)	Outras obrigações - diversas	15	101.377	95.165
Outros créditos		<u>55.462</u>	<u>57.266</u>	Resultado de exercícios futuros	17	<u>1.140</u>	<u>916</u>
Outros créditos - diversos	8	46.536	45.894	Resultado de exercícios futuros		1.140	916
(-) Provisão com pagamentos a ressarcir	8	(24.411)	(24.425)	Participação de não controladores		<u>41.030</u>	<u>54.150</u>
Pagamentos a ressarcir	9	33.337	35.797	Patrimônio líquido		<u>79.243</u>	<u>81.682</u>
Outros valores e bens		<u>-</u>	<u>184</u>	Capital			
Despesas antecipadas		-	150	De domiciliados no país	18a	75.000	75.000
Outros valores e bens		-	34	Reservas de lucros		4.218	6.683
Permanente		<u>962</u>	<u>965</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		25	(1)
Investimentos		<u>7</u>	<u>7</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>579.747</u>	<u>487.391</u>
Imobilizado de uso	11	<u>508</u>	<u>551</u>				
Imobilizado de uso		2.389	2.265				
Depreciações acumuladas		(1.881)	(1.714)				
Intangível	11	<u>447</u>	<u>407</u>				
Intangível		5.658	5.430				
Amortizações acumuladas		(5.211)	(5.023)				
Total do ativo		<u>579.747</u>	<u>487.391</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018		2017
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		<u>24.782</u>	<u>46.834</u>	<u>46.650</u>
Operações de crédito		22.812	43.078	41.221
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.970	3.756	5.429
Despesas da intermediação financeira		<u>(16.355)</u>	<u>(25.106)</u>	<u>(23.171)</u>
Operações de captação no mercado		(5.507)	(10.632)	(10.926)
Operações de empréstimos e repasses		(5.126)	(7.879)	(5.314)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5.722)	(6.595)	(6.931)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>8.427</u>	<u>21.728</u>	<u>23.479</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais		<u>13.352</u>	<u>25.989</u>	<u>24.813</u>
Receitas de prestação de serviços		81.880	156.014	135.641
Rendas de tarifas bancárias		842	1.403	969
Despesas de pessoal		(11.491)	(21.643)	(19.096)
Outras despesas administrativas	21	(51.638)	(93.379)	(80.940)
Despesas tributárias		(10.012)	(19.038)	(17.006)
Outras receitas operacionais	22	5.591	10.149	7.261
Outras despesas operacionais	22	(1.820)	(7.517)	(2.016)
Resultado operacional		<u>21.779</u>	<u>47.717</u>	<u>48.292</u>
Resultado não operacional		<u>83</u>	<u>58</u>	<u>(146)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	19	<u>21.862</u>	<u>47.775</u>	<u>48.146</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(10.141)</u>	<u>(19.758)</u>	<u>(17.523)</u>
Provisão para imposto de renda	19	(5.798)	(11.088)	(13.196)
Provisão para contribuição social	19	(2.877)	(4.792)	(6.630)
Ativo fiscal diferido	19	(1.466)	(3.878)	2.303
Lucro (prejuízo) líquido do semestre / exercício		<u>11.721</u>	<u>28.017</u>	<u>30.623</u>
Atribuível à:				
Controladores		<u>(1.124)</u>	<u>2.490</u>	<u>6.143</u>
Não controladores		<u>12.845</u>	<u>25.527</u>	<u>24.480</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Legal	Reserva geral de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial				
Saldos em 01 de janeiro de 2017	<u>75.000</u>	<u>1.056</u>	<u>5.502</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>81.559</u>	<u>52.326</u>	<u>133.885</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.143	6.143	24.480	30.623
Dividendos	-	-	-	-	(1.459)	(1.459)	(22.658)	(24.117)
Dividendos AGO 27/04/2017	-	-	(4.559)	-	-	(4.559)	-	(4.559)
Destinações:								
Reserva legal	-	307	-	-	(307)	-	-	-
Reserva geral de lucros	-	-	4.377	-	(4.377)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(2)	-	(2)	2	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>75.000</u>	<u>1.363</u>	<u>5.320</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>81.682</u>	<u>54.150</u>	<u>135.832</u>
<i>Mutações do exercício</i>	<u>-</u>	<u>307</u>	<u>(182)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>123</u>	<u>1.824</u>	<u>1.947</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2018	<u>75.000</u>	<u>1.363</u>	<u>5.320</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>81.682</u>	<u>54.150</u>	<u>135.832</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.490	2.490	25.527	28.017
Dividendos	-	-	-	-	(578)	(578)	(38.823)	(39.401)
Dividendos AGO 26/04/2018	-	-	(4.377)	-	-	(4.377)	-	(4.377)
Destinações:								
Reserva legal	-	181	-	-	(181)	-	-	-
Reserva geral de lucros	-	-	1.731	-	(1.731)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	26	-	26	176	202
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>75.000</u>	<u>1.544</u>	<u>2.674</u>	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>79.243</u>	<u>41.030</u>	<u>120.273</u>
<i>Mutações do exercício</i>	<u>-</u>	<u>181</u>	<u>(2.646)</u>	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>(2.439)</u>	<u>(13.120)</u>	<u>(15.559)</u>
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>75.000</u>	<u>1.544</u>	<u>943</u>	<u>(1)</u>	<u>3.433</u>	<u>80.919</u>	<u>65.010</u>	<u>145.929</u>
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	-	-	-	-	(1.124)	(1.124)	12.845	11.721
Dividendos	-	-	-	-	(578)	(578)	(37.001)	(37.579)
Destinação:								
Reserva geral de lucros	-	-	1.731	-	(1.731)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	26	-	26	176	202
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>75.000</u>	<u>1.544</u>	<u>2.674</u>	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>79.243</u>	<u>41.030</u>	<u>120.273</u>
<i>Mutações do semestre</i>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.731</u>	<u>26</u>	<u>(3.433)</u>	<u>(1.676)</u>	<u>(23.980)</u>	<u>(25.656)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	2018		2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	11.721	28.017	30.623
Ajustes ao resultado:			
Constituição provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	5.722	6.595	6.931
Constituição de provisão para contingências	76	97	170
Constituição / (Reversão) de provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	(15)	13
Constituição de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	-	6
Depreciações e amortizações	177	362	401
Constituição de provisão com comissões	1.584	855	1.108
(Reversão) de provisão com empréstimos	(2.157)	(14)	(1.193)
Constituição de provisão com investimentos	-	-	11
Constituição / (Reversão) de outras provisões operacionais	(1.862)	(1.332)	2.178
Custo dos ativos baixados	-	4	5
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10.141	19.758	17.523
Juros sobre dívida subordinada	3.067	6.069	8.568
Lucro líquido ajustado	28.469	60.396	66.344
Variações nos ativos e passivos	14.694	13.021	11.649
Redução em títulos e valores mobiliários	15.006	852	20.426
(Aumento) / Redução em operações de crédito	(87.215)	(74.874)	19.655
Redução em outros créditos	903	1.335	4.621
(Aumento) / Redução em outros valores e bens	95	(20.984)	573
Aumento depósitos a prazo	11.545	25.759	36.323
Aumento / (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	54.450	62.286	(67.820)
Aumento / (Redução) em outras obrigações	19.474	18.379	(1.766)
Aumento / (Redução) em resultados de exercícios futuros	392	224	(361)
Ajuste de avaliação patrimonial	44	44	(2)
Impostos pagos sobre o lucro	(7.291)	(19.245)	(18.834)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais	35.872	54.172	59.159
Alienação de imobilizado de uso	-	-	62
Aquisição de imobilizado de uso	(108)	(332)	(237)
Aquisição de intangível	(31)	(31)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento	(139)	(363)	(175)
Dividendos pagos	(38.823)	(44.659)	(48.579)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(38.823)	(44.659)	(48.579)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(3.090)	9.150	10.405
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/exercício	40.231	27.991	17.586
No fim do semestre/exercício	37.141	37.141	27.991
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(3.090)	9.150	10.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Randon S.A. ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e atua sob a forma de banco múltiplo, sem carteira comercial, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010 e atualmente opera com as carteiras de crédito, financiamento e investimento; investimento e de arrendamento mercantil.

Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon no tocante a repasses de crédito BNDES-FINAME, crédito ao consumidor (CDC), financiamentos e empréstimos de capital de giro e de direitos creditórios descontados, e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.280/2013, essas empresas estão consolidando suas demonstrações financeiras para fins de apresentação do Conglomerado Prudencial.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, o Banco como entidade controladora consolidou suas demonstrações financeiras com as da Randon Administradora de Consórcio Ltda, somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando-se políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Diretoria em reunião realizada na data de 18 de março de 2019.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional das Instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita na Administradora por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular n.º 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

(ii) Títulos disponíveis para a venda

Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e

(iii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f. Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização (“*accrual*”) das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo (“*write-offs*”) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/99 do CMN.

g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer e reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “*pro rata*” dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

- i. Investimentos**
Os investimentos são avaliados pelo custo, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.
- j. Bens não de uso próprio**
Em alguns casos, bens são reintegrados após a execução dos créditos inadimplentes. Bens reintegrados são mensurados pelo valor contábil ou pelo valor justo de mercado, o que for menor, sendo o montante é registrado em “Bens não de uso próprio”.
- k. Imobilizado de uso**
Demonstrado ao valor de custo. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 11, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens com base em laudo de avaliação técnica e demais critérios estabelecidos na Resolução n.º 4.535 CMN e Circular n.º 3.817 BACEN.
- l. Intangível**
Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de *software*, sistema de processamento de dados e marcas e patentes) que tem por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção. Está demonstrado ao valor de custo, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, e levam em conta sua vida útil-econômica com base em laudo de avaliação técnica, bem como os demais critérios estabelecidos na Resolução n.º 4.534 CMN e Circular n.º 3.818 BACEN.
- m. Redução ao valor recuperável de ativo**
O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.
- n. Depósitos a prazo**
Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.
- o. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**
De acordo com a Resolução CMN n.º 3.823/2009:
- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
 - **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A provisão é reconhecida para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutivo é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

p. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “*pro rata*” dia) e incorridos, assim como, provisão para perda, quando julgada necessária.

q. Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários e obrigações tributárias diferidas referentes a imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporárias indedutíveis entre o resultado contábil e o fiscal, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. De acordo com o disposto na Circular n.º 3.171/2002 BACEN e Resolução n.º 3.059/2002 CMN, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações, conforme demonstrado na Nota 19, está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em 31 de dezembro de 2018.

r. Resultado de exercícios futuros

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos.

s. Estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. As demonstrações financeiras da Administradora incluem o valor residual do ativo imobilizado, imposto de renda diferido ativo, e provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

t. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

As Instituições que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadoras de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto pois, conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida (Nota 27).

O plano de previdência, gerida pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das Empresas do Grupo Randon.

O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial reconhecem sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quando aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- Os custos com o plano de pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas do Grupo Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados;
- Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pelas Instituições, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade com a aplicação das probabilidades das tábuas “Experiência Empresas Randon no período 2008/2012”, e hipóteses de mortalidade e de Inválidos conforme estudo de aderência realizado em novembro de 2016.

u. Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota 27). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício por ocorrência de uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Operações compromissadas		
Até 30 dias		
Posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional	24.506	27.376
Disponibilidades	12.635	615
Total	37.141	27.991

5 Títulos e valores mobiliários

	2018					2017	
	Sem vencimento	A vencer até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	Valores de mercado (contábil)	Valor de custo	Marcação a mercado	Valor de mercado (contábil)
Títulos para negociação							
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	8.223	11.033	19.256	19.257	8.615	17.092
Fundos de investimento	6.268	-	-	6.268	6.268	6.268	4.735
Certificado de depósito bancário (CDB Pós fixado)	-	14.091	2.779	16.870	16.870	16.870	11.242
Debêntures compromissadas	-	-	-	-	-	-	10.177
Total	6.268	22.314	13.812	42.394	42.395	31.753	43.246

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos investimentos em debêntures compromissadas é correspondente aos preços dos ativos divulgados por fontes externas como o site debentures.com. O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP - Mercados Organizados. As aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

6 Operações de crédito

As informações da carteira em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são assim sumarizadas:

a. Composição da carteira por modalidade

	2018		2017	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Empréstimos (a)	6.679	1,77	36.050	11,92
Direitos creditórios descontados	18.283	4,86	16.441	5,44
Financiamentos (b)	351.333	93,37	249.961	82,64
Total	376.295	100,00	302.452	100,00
Circulante	263.426	70,01	236.770	78,28
Realizável a longo prazo	112.869	29,99	65.682	21,72
Total	376.295	100,00	302.452	100,00

(a) Composto por operações de empréstimo capital de giro.

(b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendedor e Compror (*Floor Plan*).

b. Diversificação da carteira por vencimento

	2018		2017	
	R\$	%	R\$	%
Vencidos:	974	0,26	5.794	1,91
A vencer:				
Até 90 dias	206.369	54,84	175.265	57,95
De 91 até 360 dias	56.083	14,90	55.711	18,42
Acima de 361 dias	112.869	30,00	65.682	21,72
Total	375.321	99,74	296.658	98,09
Total	376.295	100,00	302.452	100,00
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Circulante	(5.720)	60,26	(5.776)	62,22
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Realizável a longo prazo	(3.772)	39,74	(3.507)	37,78
Total provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.492)	100,00	(9.283)	100,00
Total da carteira líquida	366.803		293.169	

c. Diversificação da carteira por nível de concentração

	2018		2017	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	16.169	4,30	18.210	6,02
20 maiores devedores seguintes	116.154	30,87	106.076	35,07
Demais devedores	243.972	64,83	178.166	58,91
Total	376.295	100,00	302.452	100,00

d. Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	Percentual de provisão	2018		2017	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	5.995	-	-	-
A	0,50%	258.375	1.292	169.712	849
B	1,00%	90.390	904	78.527	785
C	3,00%	8.660	260	19.806	594
D	10,00%	1.483	148	26.724	2.672
E	30,00%	4.804	1.441	2.431	730
F	50,00%	583	292	1.624	812
G	70,00%	2.834	1.984	2.622	1.835
H	100,00%	3.171	3.171	1.006	1.006
Total		376.295	9.492	302.452	9.283

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2018		2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	9.292	9.283	13.006
Constituição de provisão	6.370	16.771	24.766
Reversão de provisão	(6.004)	(15.532)	(17.835)
Créditos baixados contra prejuízo (a)	(166)	(1.030)	(10.654)
Saldo final	9.492	9.492	9.283

(a) Os créditos baixados contra prejuízo obedecem as práticas contábeis descritas na Nota 3.f.

e. Composição da carteira de operações de crédito por indexador

	2018		2017	
	R\$	%	R\$	%
Operações pré-fixadas	243.404	64,68	246.871	81,62
Operações pós-fixadas	132.891	35,32	55.581	18,38
Total	376.295	100,00	302.452	100,00

f. Composição da carteira de operações de crédito por atividade econômica e tipo de cliente

	2018		2017	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	20.533	5,46	21.022	6,95
Comércio	154.384	41,03	141.191	46,68
Serviços	200.919	53,39	139.699	46,19
Pessoa jurídica	375.836	99,88	301.912	99,82
Pessoa física	459	0,12	540	0,18
Total	376.295	100,00	302.452	100,00

g. No exercício de 2018 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$ 6.152 (R\$ 1.781 em 2017).

h. No semestre findo em 31 de dezembro de 2018 foram renegociadas operações no total de R\$ 6.437 (R\$ 17.369 em 2017). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram renegociadas o equivalente a R\$ 8.958 (R\$ 30.516 em 2017).

7 Recursos pendentes de recebimento - Administradora

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes de encerramentos dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular BACEN nº 3.432/2009, sendo que, as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de recursos pendentes de recebimento no passivo.

8 Outros créditos - diversos

	2018	2017
Empréstimos a grupos encerrados (a)	31.195	30.378
(-) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados (a)	(24.411)	(24.425)
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 19)	15.430	19.413
Direitos por adiantamentos a terceiros (b)	3.132	-
Depósitos judiciais (Nota 16)	562	163
Adiantamentos diversos (c)	284	254
Adiantamentos e antecipações salariais	240	170
Devedores diversos	176	541
Impostos a compensar	46	166
Títulos e créditos a receber (d)	26	25
Total	26.680	26.685
Total circulante	4.555	5.216
Total realizável a longo prazo	22.125	21.469

(a) Referem-se a empréstimos realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora e a respectiva provisão de perda constituída pela Administradora conforme a avaliação da realização destes empréstimos por meio de análise da situação financeira dos grupos tomadores.

- (b) Referem-se a adiantamentos concedidos a fornecedores, relativos a recursos antecipados de grupos de consórcios, efetuados de acordo com a Carta-Circular BACEN nº 3.047/02, sendo que as respectivas antecipações estão registradas na conta de obrigações por adiantamentos de terceiros. Valor também é apresentado na nota explicativa nº 15b (Outras obrigações - diversas).
- (c) O valor de adiantamentos diversos refere-se a adiantamento de viagens, adiantamento a fornecedores e outros.
- (d) Os valores de títulos e créditos a receber referem-se a cotas de consórcios advindas de acordo para liquidação de dívida de cliente, líquidos de provisão para perdas.

9 Pagamentos a ressarcir - Administradora

Referem-se a investimento em cotas de consórcio dos grupos administrados pela própria Administradora. Os valores estão distribuídos em grupos de imóveis e outros bens, sendo eles automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o saldo em aberto estava composto de investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

Segmento	2018	2017
Bens imóveis	10.006	10.076
Bens móveis	<u>23.331</u>	<u>25.721</u>
Total	<u>33.337</u>	<u>35.797</u>

Em atendimento a Lei nº 11.795, de 08 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios por ela administrados são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

10 Bens não de uso próprio

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	Custo	Custo líquido de provisão
Imóveis	15.713	15.713
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>15.713</u>	<u>55</u>

Os ativos circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores quando reintegrados, são considerados bens não de uso próprio. Os bens não de uso próprio são mensurados e contabilizados pelo valor justo de mercado e destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada em até um ano.

11 Imobilizado de uso e intangível

	2018			2017	
	Custo corrigido	Depreciação /Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais médias de depreciação/ amortização %
Imobilizado de uso					
Móveis e utensílios e instalações	950	(788)	162	187	9 e 15,5
Equipamentos de informática	1.340	(1.013)	327	350	4 e 35,7
Sistemas de transporte	52	(52)	-	1	5
Outras imobilizações	47	(28)	19	13	19,5 e 25,2
Total	<u>2.389</u>	<u>(1.881)</u>	<u>508</u>	<u>551</u>	
Intangível					
Sistemas de processamento de dados	5.322	(4.920)	402	368	6
Marcas e patentes	11	-	11	11	-
Software e licença de uso	325	(291)	34	28	49,3
Total	<u>5.658</u>	<u>(5.211)</u>	<u>447</u>	<u>407</u>	
Total imobilizado de uso e intangível	<u>8.047</u>	<u>(7.092)</u>	<u>955</u>	<u>958</u>	

12 Depósitos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os depósitos a prazo estavam sendo remunerados à taxas que variam de 35% a 120% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	2018					
	Circulante	Exigível a longo prazo			Total	Total
	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses		
Depósitos a prazo	<u>52.532</u>	<u>15.998</u>	<u>-</u>	<u>20.683</u>	<u>36.681</u>	<u>89.213</u>
Total	<u>52.532</u>	<u>15.998</u>	<u>-</u>	<u>20.683</u>	<u>36.681</u>	<u>89.213</u>

2017

	Circulante		Exigível a longo prazo			Total	Total
	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total		
Depósitos a prazo	12.468	49.983	-	1.004	50.987	63.455	
Total	12.468	49.983	-	1.004	50.987	63.455	

13 Obrigações por empréstimos e repasses

2018

	Circulante			Exigível a longo prazo	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total	Acima de 12 meses	Total
Repasses no País - Finame	15.415	41.757	57.172	101.996	159.168
Total	15.415	41.757	57.172	101.996	159.168

2017

	Circulante			Exigível a longo prazo	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total	Acima de 12 meses	Total
Repasses no País - Finame	16.028	39.053	55.081	41.801	96.882
Total	16.028	39.053	55.081	41.801	96.882

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 8,88% a.a. a 11,38% a.a., com as variações do indexador TJLP, (b) nas operações pós-fixadas de 8,60% a.a. a 8,80% a.a., com as variações do indexador SELIC, (c) nas operações pré-fixadas de 0% a.a. até 20,46% a.a., (d) operações pós-fixadas de 10,31% a.a. a 11,78% a.a., com as variações do indexador TLP/IPCA.

14 Fiscais e previdenciárias

	2018	2017
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	1.831	5.504
Impostos e contribuições a recolher	3.525	2.732
Impostos e contribuições diferidos	10	-
	<hr/>	<hr/>
Total	5.366	8.236
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

15 Outras obrigações - diversas

	2018	2017
Circulante		
Valores a pagar a sociedades ligadas	14.675	-
Saldo remanescente de grupos a pagar (a)	6.308	4.280
Provisões para pagamento de comissões	5.637	4.781
Obrigações por adiantamentos a terceiros (b)	3.132	-
Salários e encargos	2.929	2.642
Fornecedores	592	570
Provisão programa de incentivo de vendas	479	2.176
Outros débitos	414	701
Provisão para contingências (Nota 16)	80	126
Provisão para pagamentos a efetuar (c)	50	44
Total circulante	34.296	15.320
	<hr/>	<hr/>
Exigível a longo prazo		
Provisão para contingências (Nota 16)	621	478
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (d) (Nota 23)	100.756	94.687
	<hr/>	<hr/>
Total exigível a longo prazo	101.377	95.165
	<hr/>	<hr/>
	135.673	110.485
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

- (a) Referem-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular BACEN nº 3.432/09, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.
- (b) Referem-se a adiantamentos recebidos de grupos de consórcio que foram concomitantemente repassados na forma de adiantamentos concedidos a fornecedores, conforme mencionado na nota explicativa nº 8b.
- (c) O valor de provisão para pagamentos a efetuar refere-se outros pagamentos e outras despesas administrativas a pagar.
- (d) Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13 o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto a Randon S.A. Implementos e Participações, controladora do Grupo Randon. A captação de recursos no valor de R\$ 60.000 com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possui remuneração mensal de 100% do DI, pagos semestralmente a partir de 09 de julho de 2019.

16 Contingências

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são partes em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, é constituída a provisão para contingência tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as ações judiciais com perda provável e possível atualizadas montam os valores de:

Natureza	Provável		Possível		Depósito judicial	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Trabalhista (*)	698	603	549	375	562	161
Tributário	-	-	-	69	-	-
Cível						
Indenizatória	3	-	-	3	-	-
Ordinária	-	-	1.800	1.822	-	-
Cautelar exorbitária	-	1	-	-	-	2
Total	701	604	2.349	2.269	562	163

(*) A Administradora figura como parte envolvida em outros processos judiciais de natureza trabalhista com probabilidade de perda possível para as quais de acordo com seus assessores, há possibilidade de que a Administradora seja desvinculada destes processos, não mais figurando como requerida dos mesmos.

Movimentação da provisão para passivos contingentes:

	2018	2017
Saldo inicial	604	434
Constituição (reversão) de provisão	97	170
Saldo final	701	604

17 Resultado de exercícios futuros

	2018	2017
Comissão por financiamento	1.140	916
Total	1.140	916

As comissões por financiamento representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras empresas do Grupo. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticados pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendedor, CDC e Comprador (*Floor Plan*), conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as empresas do Grupo Randon.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$ 75.000, representado por 39.823.221 ações ordinárias e 39.823.221 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

b. Dividendos

No Banco, as ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. O dividendo será pago ou creditado tendo por base a data da publicação da Ata de Assembleia Geral que aprovar as contas do respectivo exercício, conforme prazo definido no Estatuto Social. Em 17 de maio de 2018, foram pagos dividendos, aprovados em Assembléia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, relativos à data-base 31 de dezembro de 2017 e dividendos complementares.

Na Administradora, ao término de cada exercício social o lucro líquido apurado, após as deduções e amortizações legais, será destinado como segue: (a) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos quotistas, a menos que de outra forma seja acordado pelas sócias; e, (b) o saldo será transferido para conta “Reserva geral de lucros”, podendo, a critério dos quotistas, serem distribuídos como lucros adicionais ou capitalizados. Em reunião de quotistas ocorrida em 13 de dezembro de 2018, foi aprovado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 38.823, sendo R\$ 24.155 relativos a reserva de lucros e R\$ 14.668 relativos aos lucros do exercício de 2018.

Demonstração do cálculo dos dividendos no Banco:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	2.490	6.143
(-) Reserva legal	<u>(181)</u>	<u>(307)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>2.309</u>	<u>5.836</u>
Dividendos limitados a 25% da base	<u>578</u>	<u>1.459</u>

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. Em função do prejuízo apurado no 2.º semestre de 2018, a reserva legal foi constituída tomando por base o lucro apurado no 1.º semestre de 2018, conforme regulamentado na Circular n.º 1273 de 29 de dezembro de 1987 do BACEN.

d. Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e a manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

19 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% no Banco e 9% na Administradora, e a provisão para imposto de renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre).

	2018		2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	21.862	47.775	48.146
Encargos (IRPJ e CSLL) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente - (Banco)	(975)	(3.977)	(5.190)
Encargos (IRPJ e CSLL) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente - (Administradora)	(6.696)	(13.239)	(12.448)
Adições permanentes	(3.073)	(3.221)	(280)
Exclusões permanentes	437	551	660
Outros ajustes	166	128	(265)
Total	(10.141)	(19.758)	(17.523)
IRPJ e CSLL provisão corrente e diferido	(8.675)	(15.880)	(19.826)
IRPJ e CSLL ativo diferido	(1.466)	(3.878)	2.303
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(10.141)	(19.758)	(17.523)
Alíquota efetiva	46,39%	41,36%	36,40%

b. Movimentação dos créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários no período é como segue:

	Saldo em 01/01/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Adições temporárias				
PCLD	5.857	16.584	(15.142)	7.299
Rendas diferidas	566	6.437	(6.591)	412
Rendas de garantias financeiras prestadas	9	-	(9)	-
Provisão para participações no resultado	-	193	(193)	-
Provisão para contingências	147	77	(3)	221
Provisão para perda de empréstimos a grupos	8.710	1.496	(1.901)	8.305
Provisão para comissões	1.249	10.718	(10.341)	1.626
Provisão s/garantias financeiras prestadas	11	-	(11)	-
Marcação a mercado	2	2	(4)	-
Outros	560	2.459	(1.469)	1.550
Ativo fiscal diferido (Nota 8)	17.111	37.966	(35.664)	19.413

	Saldo em 01/01/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Adições temporárias				
PCLD	7.299	8.831	(12.794)	3.336
Rendas diferidas	412	6.723	(6.679)	456
Provisão para participações no resultado	842	2.113	(1.956)	999
Provisão para contingências	221	99	(65)	255
Provisão para perda de empréstimos a grupos	8.305	2.575	(2.580)	8.300
Provisão para comissões	1.626	13.084	(12.794)	1.916
Outros	708	1.114	(1.654)	168
Prejuízo fiscal	-	261	(261)	-
Base negativa	-	174	(174)	-
	<u>19.413</u>	<u>34.974</u>	<u>(38.957)</u>	<u>15.430</u>
Ativo fiscal diferido (Nota 8)				
	<u>19.413</u>	<u>34.974</u>	<u>(38.957)</u>	<u>15.430</u>
Patrimônio líquido				
Randonprev avaliação atuarial	-	105	-	105

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano de realização	2018
2019	5.444
2020	2.830
2021	3.782
2022	1.687
2023	<u>1.687</u>
Total	<u><u>15.430</u></u>

O valor presente dos créditos tributários, calculados em cada empresa considerando a taxa média de captação no Banco de 6,63% a.a., no montante de R\$ 3.369 (R\$ 7.041 em 2017 à taxa de 6,51%) e na Administradora à taxa média de custo de capital de 12% a.a., no montante de R\$ 8.831 (R\$ 7.607 em 2017 à taxa de 12,2%), com base nas projeções definidas pelo Banco e Administradora.

20 Receitas de prestação de serviços - Administradora

Refere-se, basicamente, a taxa de administração cobrada dos grupos de consórcio.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 14,37% (14,76% em 31 de dezembro de 2017) sobre o valor da referida contribuição.

21 Outras despesas administrativas

	2018		2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Comissões sobre vendas	30.203	54.823	48.061
Serviços de terceiros	3.869	7.217	7.012
Propaganda e publicidade	5.941	7.631	4.581
Despesas de promoções e relações públicas	3.304	6.280	5.830
Perdas com empréstimos a grupos	1.765	3.944	3.399
Participação dos empregados	1.106	2.760	2.552
Despesas de processamento de dados	1.045	1.973	1.266
Manutenção e conservação de bens	876	1.696	1.580
Despesas de serviços técnicos especializados	660	1.485	1.362
Despesas de viagem no país	756	1.431	1.138
Outras despesas administrativas	2.113	4.139	4.159
	51.638	93.379	80.940
Total	51.638	93.379	80.940

22 Outras receitas e despesas operacionais

As contas de outras despesas e receitas operacionais possuem a seguinte composição:

	2018		2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Reversão de provisões operacionais	3.620	6.325	2.734
Multa e juros recebidos	959	1.848	1.749
Taxa de manutenção de consorciados não localizados	571	1.093	1.009
Variações monetárias ativas	299	665	962
Outras receitas operacionais	142	215	725
Receita de equalização de taxa BNDES PSI2012/09	-	3	82
	5.591	10.149	7.261
Total outras receitas operacionais	5.591	10.149	7.261
Provisão perda empréstimos a grupos	(1.344)	(6.002)	(1.343)
Despesas com processos judiciais	(45)	(553)	(51)
Outras despesas eventuais	(248)	(547)	(231)
Despesas com provisões operacionais	(178)	(409)	(385)
Outras despesas operacionais	(5)	(6)	(6)
	(1.820)	(7.517)	(2.016)
Total outras despesas operacionais	(1.820)	(7.517)	(2.016)

23 Transações com partes relacionadas

a. Transações e saldos

	Ativo		Passivo							
	Outros créditos		Contas a pagar		Depósitos a prazo		Dívida subordinada		Bônus por financiamento (*)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Randon S.A. Implementos e Participações	-	-	(14.675)	(27)	(66.533)	(56.458)	(100.756)	(94.687)	-	-
Randon Implementos para O Transporte Ltda.	-	-	-	-	-	(1.708)	-	-	-	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda. Empresas do Grupo Randon	151	301	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	(4)	-	-	-	-	-	(1.140)	(916)
	<u>155</u>	<u>301</u>	<u>(14.679)</u>	<u>(27)</u>	<u>(66.533)</u>	<u>(58.166)</u>	<u>(100.756)</u>	<u>(94.687)</u>	<u>(1.140)</u>	<u>(916)</u>
	Resultado									
	Despesa					Receita				
	Depósitos a prazo		Dívida subordinada		Administrativas		Bônus por financiamento		Prestação de serviços	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Randon S.A. Implementos e Participações	(3.733)	(1.679)	(6.069)	(8.567)	(3.919)	(4.801)	-	-	108	71
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	-	-	-	-	(24)	(42)	-	-	-	-
Randon Implementos para O Transporte Ltda.	(8)	(139)	-	-	-	-	-	-	-	2
Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	10	2
RAR Corretora de Seguros Ltda.	-	-	-	-	(1)	(1)	-	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	(156)	(171)	-	-	27	1
Freios Control Ltd.	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	(5)	(4)	-	-	1	-
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-
Fras-le S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	56	1
Empresas do Grupo Randon	-	-	-	-	(39)	-	14.697	14.640	-	-
	<u>(3.741)</u>	<u>(1.818)</u>	<u>(6.069)</u>	<u>(8.567)</u>	<u>(4.144)</u>	<u>(5.019)</u>	<u>14.697</u>	<u>14.640</u>	<u>247</u>	<u>77</u>

(*) Refere-se a equalização de taxa pago pelas empresas do Grupo Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor, Compror (*Floor Plan*), CDC (Nota 17).

No Banco, as operações com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato entre as partes. O acordo leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos negociados, que não são comparáveis as demais transações de mercado.

Na Administradora, as operações restringem-se a prestação de serviços administrativos, utilização de bens imóveis e contratos de mútuo, todos devidamente suportados por contratos entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2018, os grupos de consórcios possuíam saldo de adiantamento a fornecedores em aberto com a Randon S.A. Implementos e Participações, no valor de R\$ 3.132, vide nota explicativa 8b e 15b. A Randon S.A. Implementos e Participações possui investimentos em cotas de grupos de consórcios mantidos pela Administradora, no montante de R\$ 19.776 (R\$ 29.210 em 2017) e o Banco no montante de R\$ 26 (R\$ 25 em 2017).

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 2.384 (R\$ 2.072 em 2017), referente à benefícios de curto prazo. Na Administradora os valores referentes a benefícios de longo prazo montam R\$ 41 (R\$ 32 em 2017).

O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

A Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

24 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não haviam operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

25 Limite operacional (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras são obrigadas a manter permanentemente capital (patrimônio de referência), compatível com os riscos de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2018 o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 24,82%, apurado conforme circular nº. 3.678/13 do BACEN, (34,12% em 31 de dezembro de 2017), estando em ambos os períodos bastante superior ao mínimo exigido.

26 Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital

A área de riscos do Banco em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 4.327/14 e 4.557/17, destaca os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito, de capital, de liquidez e socioambiental utilizados pelo Banco. As descrições completas destas estruturas, assim como informações relativas à Razão de Alavancagem e Adicional de Capital Principal encontram-se disponíveis para consulta no Relatório de Gerenciamento de Riscos, disponível no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Banco adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banco. As exposições de risco de mercado são mensuradas e administradas através da apuração do valor de risco relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, e da adoção de limites, políticas e controles de acordo com as estratégias de negócio do Banco.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área de riscos do Banco mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, o Banco utiliza para risco operacional a Abordagem do Indicador Básico conforme circular nº 3.640/13 do BACEN.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. A área de tesouraria diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez do Banco, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Risco Socioambiental

Entende-se por Risco Socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Com o objetivo de mitigar a exposição a esse risco, o Banco criou sua Política de Responsabilidade Socioambiental em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.327/14, e incorporou a variável socioambiental em suas atividades e em seus negócios.

Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos do Banco, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

27 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadoras de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto pois, conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerida pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das Empresas do Grupo Randon.

O Banco e a Administradora reconhecem sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quando aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- Os custos com o plano de pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas do Grupo Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados;
- Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pelas Instituições, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade com a aplicação das probabilidades das tábuas “Experiência Empresas Randon no período 2008/2012”, e hipóteses de mortalidade e de Inválidos conforme estudo de aderência realizado em novembro de 2016.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente. A última avaliação atuarial foi concluída em 31 de dezembro de 2018 e foi realizada por atuários independentes.

* * *

Conselho de Administração

Presidente: Alexandre Randon
Vice-Presidente: Astor Milton Schmitt
Conselheiro: Erino Tonon

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini
Diretor Administrativo: Jaime Marchet
Diretor Comercial: Geraldo Santa Catharina

Contadora

Renata Elisa Zini Gil
CRC/RS-073143/O-1